

# Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafrá Migliorini  
(Organizadora)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

iStock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Jeanine Mafra Migliorini

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-316-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.160211607>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A arquitetura desde sua origem é carregada de significado e simbolismo. Desde construções como Stonehenge, uma construção não habitável, estamos cercados de desejos e representações, na maioria das vezes implícitas, sobre o poder do homem diante da natureza e diante dos demais. Essa necessidade de expressão percorre toda história e é atestada pela arquitetura que resiste ao tempo. Basta um olhar mais atento para percebermos os indícios e assim podermos mergulhar em um universo de possibilidades de interpretação dessa arquitetura. Nos artigos apresentados nos deparamos com alguns desses monumentos de resistência da história, testemunhos de um tempo que muito tem a nos dizer, a nos orientar e conduzir por reflexões acerca de nossa realidade, e o que se projeta para o futuro.

O poder da arquitetura sobre nossas atitudes é muito mais amplo do que se percebe em um primeiro olhar, em consequência disso a produção desse espaço merece um cuidado que vai além da decisão da técnica. Produzir um lugar de viver, em qualquer escala, é trabalho que necessita de análises de condições ambientais, tecnológicas e sociais. Perceber o usuário do espaço, entender suas necessidades e muitas vezes limitações cotidianas é fundamental para o trabalho; assim como passando à outra escala, mais ampla, as consequências das decisões sobre o ambiente, quais escolhas e como elas refletem no meio em que vivemos.

Todos esses processos que envolvem a arquitetura e o urbanismo trazem uma grande responsabilidade aos seus produtores, que oferecem consequências imediatas e outras tantas que perdurarão por muito tempo, então é através de um trabalho consciente, amplo em suas reflexões que chegaremos, cada vez mais próximos a um produto equilibrado ambientalmente, socialmente, simbolicamente, que alcance uma das maiores premissas da arquitetura: o equilíbrio entre a forma e a função.

Boa leitura e ótimas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE

Juliana Cunha Barreto

Virginia Pitta Pontual

José Manuel Aguiar Portela da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116071>

### **CAPÍTULO 2..... 13**

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE ACORDO COM OS TIPOS DE INVENTÁRIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS

Ana Paula Ribeiro de Araujo

Ricardo Ferreira Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116072>

### **CAPÍTULO 3..... 29**

OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)

Camilla Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116073>

### **CAPÍTULO 4..... 44**

O MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Claudia Maria de Moraes Santos

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Valéria Regina Zanetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116074>

### **CAPÍTULO 5..... 54**

O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116075>

### **CAPÍTULO 6..... 68**

ARQUITETURA SERTANEJA: CONTRIBUTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

Maria Rita de Lima Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116076>

### **CAPÍTULO 7..... 82**

PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM

**A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO**

Aline Karina de Araújo Dias

Joseane Paiva Macedo Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116077>

**CAPÍTULO 8..... 99**

**INCURSÕES POR PAISAGENS ART DÉCO: CONEXÕES SÃO PAULO-BAHIA**

Maria Ângela Barreiros Cardoso

Saïde Kahtouni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116078>

**CAPÍTULO 9..... 116**

**O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA**

Allana de Deus Peixoto

Carlos Eduardo Luna de Melo

Flaviana Barreto Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116079>

**CAPÍTULO 10..... 128**

**CASAS MODERNISTAS COMO PATRIMÔNIO EM CACHOEIRA DO SUL**

Ana Elisa Souto

Laline Elisangela Cenci

Renata Venturini Zampieri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160710>

**CAPÍTULO 11..... 139**

**MODERNISMO EM MACEIÓ: EDIFICAÇÕES ESQUECIDAS DO JARAGUÁ AO CENTRO**

Tamires Aleixo Cassella

Letícia Brayner Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160711>

**CAPÍTULO 12..... 152**

**EMIL BERED: HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE**

Angela Cristiane Fagundes

Maitê Trojahn Oliveira

Silvio Belmonte de Abreu Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160712>

**CAPÍTULO 13..... 171**

**ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CLUBE DO TRABALHADOR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962**

Vitória Catarine Soares Pereira

Paula Emanuelle Silva Pequeno

Adriana Regina Sarmiento Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160713>

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>184</b>
LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE Thiago Santos Mathias da Fonseca	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714</a>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>199</b>
LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ? Mauricio Baros Townsend	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>214</b>
(RE)CONHECENDO O ÁGUA LIMPA: O RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Amanda Lopes da Silva Fernanda Vieira da Silva Janaina Faleiro Lucas Mesquita Rafaella Lasmaz Bozetti	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>225</b>
CIDADES CRIATIVAS E REQUALIFICAÇÃO URBANA: CONSUMO DO ESPAÇO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP) Eduardo Alberto Manfredini	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717</a>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>238</b>
A ARQUITETURA HÍBRIDA – UM PARADIGMA TEÓRICO? Larissa Miranda Kravchenko Pedro Henrique Máximo Pereira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718</a>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>255</b>
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira José Gustavo Francis Abdalla	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719</a>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>267</b>
AMBIÊNCIA E TERRITÓRIO EM PROJETOS EMERGENCIAIS: OS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO Leonardo Valbão Venancio Bruno Massara Rocha	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720</a>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>278</b>
ARQUITETURA DA ALTERIDADE COMO SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ (LESTE), NO CENTRO DO RECIFE	
Larissa Fonseca da Cunha	
Andrea Melo Lins Storch	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721</a>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>288</b>
DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO REFERÊNCIA DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA A AMAZÔNIA	
Tainá Marçal dos Santos Menezes	
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722</a>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>301</b>
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO	
Ruana Rafaela Batista Paiva	
Trícia Caroline da Silva Santana	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>318</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>319</b>

# CAPÍTULO 1

## O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 05/04/2021*

### **Juliana Cunha Barreto**

Estudante de Doutorado na Faculdade de  
Arquitetura da Universidade de Lisboa, em  
Portugal  
Recife-PE, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/6013647174311738>

### **Virgínia Pitta Pontual**

Professora do Programa de Pós-graduação em  
Desenvolvimento Urbano (UFPE/MDU)  
Recife-PE, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1014880910768142>

### **José Manuel Aguiar Portela da Costa**

Faculdade de Arquitetura da Universidade de  
Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia  
Civil (LNEC)  
<https://orcid.org/0000-0001-5794-9899>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo explorar a dimensão do reconhecimento do bem cultural, a partir da noção enquanto objeto cultural e sua relação existencial no campo da salvaguarda, buscando situar o papel exercido no âmbito do restauro crítico, enquanto uma das correntes adotadas por projetos de intervenção física sobre os bens. No Brasil, tem se observado que ações de restauro sobre os bens culturais materiais, os imóveis, por vezes, resultam estranhas à natureza da preexistência e à relação com o entorno, acarretando a eliminação de traços relevantes da sua passagem no tempo,

cujas causas podem estar associadas à ausência ou deficiência da ação de reconhecimento do bem cultural. Sob entendimentos da hermenêutica e da história da arte, em interlocução à abordagem crítica do restauro, o reconhecimento deve se dar como produto da interação entre os sujeitos e os bens, em um contexto relacional. Entende-se que as ações de compreensão e interpretação lhe são correlatas e preliminares, e contribuem para a manifestação do reconhecimento do bem na consciência humana, em suas instâncias estética e histórica. Dentre as considerações, o reconhecimento consiste na atividade essencial à compreensão do bem, que pode servir de fundamento a uma ação valorativa, para a condução das soluções de restauro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reconhecimento; restauro crítico; bens culturais.

### **RECOGNITION OF CULTURAL GOODS AS A SUPPORT TO RESTORE TODAY**

**ABSTRACT:** This article aims to explore the dimension of the recognition of the cultural good, based on the notion as a cultural object and its existential relationship in the field of safeguarding, seeking to situate the role played in the context of critical restoration, as one of the currents adopted by projects of physical intervention on the goods. In Brazil, it has been observed that restoration actions on material cultural goods, the real estate, sometimes, are foreign to the nature of the pre-existence and the relationship with the surroundings, leading to the elimination of relevant traces of their passage through time, the causes of which can be associated with the

absence or deficiency of the action to recognize the cultural good. Under understandings of hermeneutics and art history, in interlocution to the critical approach to restoration, recognition must take place as a product of the interaction between subjects and goods, in a relational context. It is understood that the actions of understanding and interpretation are correlated and preliminary, and contribute to the manifestation of the recognition of the good in human consciousness, in its aesthetic and historical instances.

**KEYWORDS:** Recognition; restoration; cultural goods; cultural heritage; conservation.

## 1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o panorama da conservação dos bens culturais tem sido palco de questionamentos, essencialmente relacionados à sua continuidade histórica e cultural, que se acha em ameaça na devida condição de respeito à sua materialidade e aos valores e significados a eles atribuídos, para as gerações presentes e futuras. Tentativas isoladas de salvaguarda têm sido eventualmente empreendidas e tidas como esforços otimistas, a exemplo da instituição de novos instrumentos normativos de proteção e de programas governamentais de incentivo ao restauro e recuperação de monumentos históricos<sup>1</sup>. No entanto, não parecem suficientes na capacidade de lidar com os desafios sempre constantes desse campo de atuação, especialmente quando relacionados ao patrimônio construído. Trata-se de uma situação que leva a que os mesmos sigam como alvo de ações indiscriminadas, entre o descaso e a descaracterização, nas quais a degradação parece ter destino certo.

Se por um lado, pode-se identificar uma certa deficiência na capacidade de promover uma visão integrada das políticas públicas da conservação junto ao desenvolvimento territorial urbano, centrada na preservação do patrimônio, por outro, as eventuais iniciativas de intervenções físicas propriamente ditas sobre os bens parecem insuficientes na coerente tradução dos princípios teóricos do campo do restauro. Como resultado, são identificadas perdas relevantes, que tem caracterizado o panorama da salvaguarda no Brasil, ao anular os vestígios históricos e corromper sua autenticidade artística (Cunha, 2010; Nahas, 2015).

No âmbito dessa pesquisa, a noção de restauração retoma os postulados da Carta de Veneza, de 1964, a qual “tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina quando começa a hipótese” (Cury, 2004). Esta, amparada na corrente do restauro crítico, propalado pelos italianos Césari Brandi, Renato Bonelli e Roberto Pane, principalmente na década de 1960, coaduna-se à noção consolidada na Carta do Restauro, de 1972, que consiste em “qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes” (Cury, 2004). Ambos os documentos citados assumem razão de

---

<sup>1</sup> Tais como o recém-criado instrumento normativo para a salvaguarda dos chamados “Lugares de Memória”, pelo IPHAN, e a permanência de investimentos federais, decorrentes do Programa de Aceleração de Crescimento. Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br), acesso em 12/07/2020.

ser devido à atualidade ainda reconhecida, do ponto de vista acadêmico e institucional da preservação, com a qual as suas orientações se fazem presentes, ao menos nos discursos que buscam subsidiar os projetos de intervenção, no século XXI, no Brasil.

Na prática, parece natural a convergência entre as premissas teóricas e os projetos arquitetônicos de restauro sobre a preexistência, dado que têm em comum a busca pela preservação dos atributos relevantes, dos valores e dos significados culturais dos bens para as futuras gerações. No entanto, os conflitos surgem de ordem as mais diversas e evidenciam o abismo que tem se consolidado entre tais dimensões: desde as tentativas de desqualificação dos aspectos teóricos, rechaçados como ultrapassados (Kuhl, 2007; 2017), a interpretações conceituais e metodológicas distorcidas (Varagnoli, 2007; Brendle, 2017a) até a exploração do legado cultural em subserviência aos interesses exclusivamente econômicos ou turísticos (Aguilar, 2014; Sòla-Morales, 1998).

Ainda que se reconheça a complexidade que envolve o campo teórico do restauro e sua tradução para as operações metodológicas a serem alcançadas no percurso projetual sobre o patrimônio construído, e que se materializam em soluções arquitetônicas ou urbanísticas, tal panorama não justifica resultados alcançados de ordem subjetiva ou arbitrária. De acordo com Carbonara (1997: 285-286 *apud* Kuhl, 2007: 199), o papel da teoria não consiste no estabelecimento de padrões ou regras fixas, como uma receita lógica e intuitiva. Mas, ao invés, convoca a uma reflexão crítica no tempo presente, que é o do reconhecimento do bem, com os devidos questionamentos teóricos e culturais e o envolvimento dos diversos sujeitos, que com aquele bem resguardam relações; é um campo multidisciplinar que não se esgota em si mesmo. É nesse contexto que a adoção de guias ou manuais herméticos, como respaldo metodológico, embora importante, deve ser dosada, de modo a permitir a necessária abertura à reflexão.

A construtiva intermediação que deve existir entre o universo teórico-metodológico, ancorada no tempo presente, e a prática de projeto de restauro tem condições de resultar em casos exitosos de intervenções físicas (Brendle, 2017b). Acontece que, assim como identificada por alguns autores, tem se tornado, cada vez mais, um obstáculo a ser ultrapassado: “há uma grave omissão da dimensão histórica da arquitetura e da cidade, e de clareza e unidade nas abordagens metodológicas e teóricas do projetar o novo no antigo” (Brendle, 2017b: 283). É como se houvesse uma prevalência do projeto arquitetônico pensado para uma área qualquer da cidade, cuja autonomia de expressão é a marca do tempo, sobre o projeto de restauro, que deve se estabelecer respeitoso com a preexistência, em suas naturais indagações do contexto histórico, artístico e sociocultural em que se acha inserido.

Cláudio Varagnoli (2007) demonstra inquietações ao reconhecer um certo descolamento estabelecido entre a fase cognitiva do projeto de restauro, que envolve o conhecimento do bem em suas especificidades e articulações, em sua historicidade, e o ato criativo do projetista, o qual estimula soluções arquitetônicas adversas. É como se a

preexistência assumisse um papel de coadjuvante, de subterfúgio memorial, que se torna de difícil enunciação, em sua condição de testemunho do passado.

De um ou de outro modo, parecem ainda muito presentes, na atualidade, as posturas polarizadas que conduziram as ações de restauro do século XIX, ora baseadas na busca de um estado original da obra, de onde são exemplos ripristinos, ora na total desconsideração do monumento histórico, cujas ações favorecem uma completa transformação da estrutura morfotológica e uma leitura conflituosa de seus atributos relevantes. Também podem ser mencionados casos de reconstruções pouco amparadas aos debates da autenticidade histórica e cultural, de complementos de lacunas quando não relacionadas ao entendimento da unidade potencial da obra de arte, de espetacularização de ruínas, assim como os casos de supressões ou adições alheias aos procedimentos teórico-conceituais, ancorados na visão crítica do restauro. São situações que, embora tratem de posturas diversas diante da preexistência, podem sugerir a ausência de uma dedicação mais acurada ao reconhecimento do bem cultural, em sua dimensão histórica e estética, o que favorece soluções hostis à sua natureza existencial.

Segundo o historiador de arte Paul Philippot (2015: 20), o reconhecimento da obra de arte equivale a sua pré-compreensão hermenêutica: um processo de compreensão e interpretação que dá luz ao questionamento crítico, problematizado diante do monumento, no momento da restauração. Situa-lo na condição de irreprodutível, com o devido diálogo entre as instâncias da arte e da história, considerando o tempo como irreversível, tem demonstrado ser um caminho profícuo ao reconhecimento e, por consequência, à sua salvaguarda cultural, no tempo. Trata-se de uma postura que ampara a concepção de restauro, assim como formulada pelo italiano Césari Brandi: “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro” (Brandi, 2004: 30). Para o mesmo autor, é por meio do reconhecimento que a obra de arte reingressa no mundo, qualificando-se como tal e, portanto, diferenciando-se dos demais produtos da atividade humana, as “coisas”. O reconhecimento do bem é situado como o motor de condução à ação de restauração, em que pese o respeito pelo seu caráter único, a ser contemplado nas soluções projetuais.

Nesse sentido, o foco do presente trabalho consiste em explorar a dimensão do reconhecimento do bem cultural, a partir da noção enquanto objeto ou artefato e sua relação existencial no campo da salvaguarda, buscando situar o papel exercido pelo reconhecimento no âmbito do restauro crítico, enquanto uma das correntes por onde os projetos de intervenção física sobre os bens são desenvolvidos. A interlocução com os campos filosóficos da hermenêutica e da história da arte tornam-se uma via à compreensão, visto que em muito amparam as teorias dessa área do saber.

A importância conferida ao reconhecimento se deve à sua posição como atividade preliminar a várias ações de salvaguarda que podem vir a ser instituídas sobre os bens:

o inventário, o tombamento, o restauro, a preservação. Portanto, não deve ser subjugado a algo marginal ou isolado do processo, mas, ao contrário, pode vir a ser entendido como suporte à valoração do bem cultural, inclusive a nortear as ações de conservação sobre o mesmo.

## 2 | OS BENS CULTURAIS DADOS AO RECONHECIMENTO

As ações de restauração seguem direcionadas aos bens culturais que satisfazem a demandas de ordem memorial, de arte e de significação para grupos de sujeitos, em que pese os valores simbólicos e os predicativos funcionais, a fim de que suas características relevantes sejam mantidas no presente e para as gerações futuras. A condição especial dos bens culturais, em sua validade enquanto suporte histórico e artístico de uma dada cultura, demanda a que as ações de restauro adotem procedimentos específicos, e não, generalizados a quaisquer circunstâncias ou edificações na cidade.

Ao longo da trajetória, as acepções que envolveram o objeto alvo das ações de salvaguarda não foram sempre as mesmas: variaram no tempo, no campo das ideias e nos diferentes contextos políticos, socioculturais e geográficos. Para longe de assumirem apenas distinções vocabulares, direcionavam os modos de pensar e agir sobre o legado cultural. Até o século XIX, especialmente na França, aos monumentos eram designadas as construções que assumiam exclusivamente fins memoriais, de registro a fatos históricos ou às escolas da arte erudita (Choay, 1999). Ao se aproximar o início do século XX, tais circunstâncias já não pareciam suficientes, dada a valoração dos bens não ser mais tida como absoluta, algo originado no bem, mas relativa, em função do “gosto subjetivo” do sujeito e da sua “vontade de arte [*Kunstwollen*] moderna”, segundo a abordagem do historiador de arte austríaco Riegl (1999). Tratava-se de uma extensão conceitual a um caráter não intencional na origem dos bens, desde que tivessem assumido uma significação cultural, pelos sujeitos, independentes do caráter erudito e da notabilidade que pudessem acumular, o que conferiu as bases da noção de monumentos históricos (Riegl, 1999).

A condição de intencionalidade como único pressuposto à qualidade de obra de arte também seguia refutada por teóricos como Giulio Carlo Argan (1998): traduzia um olhar que rompia com os limites da seleção elitista, que delineou os primeiros monumentos à preservação, enquanto amadurecimento conceitual e reposicionamento do sujeito, rumo à consolidação da noção de bem cultural. Esta passa a abranger uma diversidade de exemplares, desde sítios, edificações, conjuntos históricos, entre os de natureza material, assim como as manifestações culturais, o saber e o fazer, os lugares, em se tratando da qualidade imaterial, como a noção que chega aos nossos dias. Buscava contemplar a representatividade dos sujeitos, com os valores e significados acumulados no tempo, e não apenas a condição de erudição.

A abordagem material do bem cultural detém sua origem como artefato ou como

objeto — a adoção simultânea ou intercambiável desses dois termos tem sido recorrente na literatura especializada. De acordo com o conservador Caple (2006: 01), “um artefato pode ser considerado qualquer entidade física confeccionada por seres humanos”, entendimento que não difere daquele proferido pela historiadora Pearce (1994: 125), ao definir artefato como “objetos criados pelo homem através da aplicação de processos tecnológicos”. Entre uma e outra noção, parece haver convergência quanto à transformação da natureza bruta dos materiais em objetos, pelos mais diversos meios, desde que conduzidos pela ação humana.

Enquanto reflexo dos processos culturais a ele envolvidos, o objeto sinaliza os vestígios das regiões geográficas, das artes e dos ofícios, dos estados de espírito e das posições sociais entre os homens (Pearce, 1994). Ao tempo em que carregam informações sobre o passado, por meio do acúmulo de vivências das sociedades no tempo, os objetos culturais também atuam como expressões artísticas de uma dada cultura ou grupos sociais (Caple, 2000: 29). Se por um lado, sedimentam os usos e funções sociais em sua estrutura, pelos distintos sujeitos que com eles se relacionam, por outro, se oferecem à experiência estética, a partir dos dados culturais transferidos pelo autor ou artista criador na matéria, ou mesmo pelos usuários e proprietários que com eles se relacionam. Constituem as abordagens objetivadas dos bens, enquanto documentos históricos e entidades estéticas, que os situam como suporte às estratificações históricas e artísticas das civilizações. Nesse sentido, são oferecidos à investigação no âmbito das disciplinas humanas, sendo a hermenêutica e a história da arte vias para a sua compreensão.

Postos à relação com os sujeitos, pelo motivo destes serem dotados de consciência, os objetos se tornam suscetíveis à experimentação: “o objeto só existe se o ‘feito significativo’ através de alguém reagir com ele; mas, ao mesmo tempo, só existe como um ser social, se ele estiver em processo de interação” (Pearce, 1994: 27). De acordo com o filósofo Gadamer (1999: 175): “a obra de arte tem, antes, o seu verdadeiro ser em se tornar uma experiência que irá transformar aquele que a experimenta. O ‘sujeito’ da experiência da arte, o que fica e persevera, não é a subjetividade de quem a experimenta, mas a própria obra de arte”. Longe da interação social, os objetos culturais parecem seguir em vácuos existenciais, estáticos no tempo e ausentes de sentido. A necessária presença do sujeito, dotado de consciência, se satisfaz na interação com o objeto. Argan entende que, ao se relacionar com o objeto, “o sujeito não é apenas o indivíduo, mas o indivíduo em relação com outros indivíduos e com as coisas, o indivíduo na sociedade” (1998: 38). Assim como, do mesmo modo, o objeto não é ‘coisa’, mas se torna um produto da relação com os sujeitos.

Na visão do filósofo Edmund Husserl (*apud* Abbagnano, 2007: 724), há uma distinção entre o objeto intencional, aquele que é produto de uma consciência do criador, e o objeto apreendido pelo observador, o qual se torna suscetível às suas demandas empíricas, aos seus interesses e universos valorativos que lhe são próprios, e que não

necessariamente devam estabelecer uma relação unívoca com o objeto intencional. De modo convergente, Argan (1998) entende que cada sujeito apreende a arte a partir de suas experiências artísticas ou do conhecimento que acumula acerca da história da arte, com a devida dinâmica que varia no tempo histórico e no sujeito. No entanto, ao afirmar que “a obra é sempre a mesma, mas as consciências mudam” (Argan, 1998: 25), o autor confere uma imutabilidade do bem, que necessariamente não se estabelece, visto que o mesmo se torna suscetível ao tempo e às experiências dos sujeitos, que com a obra se relacionam. Por serem os sujeitos dinâmicos, é possível afirmar as mudanças de consciências que se revelam no processo de interação.

Da interação experienciada entre sujeito e objeto resulta a interpretação do bem, a qual admite um contexto referencial para que se estabeleça a mediação. Em essência, a interpretação pode ser entendida como uma operação através da qual um sujeito estabelece uma referência de um signo a um objeto (Abbagnano, 2007), que necessariamente subsiste para a construção de um sentido<sup>2</sup>. Por meio da interpretação, estabelece-se um ciclo: ao objeto são atribuídos sentidos, que não lhes pertencem como uma dimensão fixa, mas como resultado de uma construção social, variável no tempo e entre os grupos, e aos sujeitos são agregadas experiências familiares ao objeto. De acordo com Pearce, “a necessidade de decifrar nos dá a chance de trazer ambos o que está no objeto e em nós mesmos; é um dinâmico e complexo movimento, o qual se desdobra no tempo e no ato da imaginação interpretativa que dão forma a nós mesmos” (1994: 27).

Para Heidegger (2005), a interpretação se dá com a compreensão do bem, o que lhe abre as possibilidades de reprojecção no mundo. É algo associado ao que Brandi entendia como o efeito do reconhecimento: “nesse momento se dá o reingresso da obra de arte no mundo” (2004: 29).

Ao retomar a teoria brandiana do restauro, percebe-se a convergência da abordagem de bens culturais quanto ao entendimento de obra de arte, como um “produto especial da atividade humana”, passível à salvaguarda. Segundo Brandi (2004), enquanto resultado da ação do homem, a obra de arte se materializa em uma consistência física, a qual se torna suporte para a manifestação da imagem, para a transmissão às gerações futuras e como veículo à consciência do indivíduo singular. Ao contrário de entendimentos que subestimam a dimensão imaterial da obra de arte, o intangível se revela na imagem, que da matéria é indissociável e contribui para a manifestação da artisticidade da obra, e na espacialidade, por onde se dá a fruição estética, sobretudo em bens de natureza arquitetônica, dos quais o entorno lhe é coextensivo, segundo entendimentos do próprio Brandi (2004).

Em síntese ao exposto, os bens culturais materiais compreendem qualquer manifestação físico-material que tenha sido resultado de um ato criativo do homem, isto é, da sociedade, como reflexo de um processo cultural, sensível à artisticidade, enquanto

---

<sup>2</sup> De acordo com Heidegger (2005: 208), “sentido é aquilo em que se sustenta a compreensibilidade de alguma coisa. Chamamos de sentido aquilo que pode articular-se na abertura da compreensão”.

entidade estética, em um determinado contexto, e como documento histórico, em um dado momento e com as estratificações até então acumuladas. Constitui-se de propriedades que lhes são inerentes, tangíveis ou intangíveis, e de sentidos que lhes são atribuídos, decorrentes da relação qualificada com o sujeito, na sociedade e em um contexto referencial, que ao objeto é indissociável, para a sua existência.

A experiência que se revela na interação entre sujeito portador de consciência e o bem cultural confere as bases para a interpretação, a qual precede o reconhecimento. De acordo com Brandi (2004: 27), para que a obra de arte se estabeleça como tal, torna-se imprescindível “um singular reconhecimento que vem à consciência”. Enquanto qualificador da obra de arte, o reconhecimento segue explorado sob a abordagem do restauro crítico, com interlocução no campo da hermenêutica e da história da arte, como saberes capazes de circunstanciar seu entendimento.

### 3 | O RECONHECIMENTO COMO SUPORTE AO RESTAURO

O reconhecimento da obra de arte, que deve ocorrer por meio de um indivíduo singular, é a condição para que ela se torne distinta dos demais produtos, qualificando-se na consciência do sujeito-intérprete, como um ato de intuição. Segundo Brandi (2004), é por meio do “juízo de artisticidade” que ocorre a diferenciação entre um resíduo material bruto e o objeto cultural historicizado — o que corrobora para o reconhecimento como veículo à condição do objeto qualificado, na consciência do sujeito.

O juízo que se estabelece no reconhecimento da obra de arte, assim como entendido por Argan (1998), “produz-se no exato instante da percepção ou da apreensão da obra; não é, portanto, o momento conclusivo, mas o momento inicial da atuação do historiador”. Isto posto, significa situar o reconhecimento no preâmbulo das ações de interação com o bem. Ainda segundo o mesmo autor:

O que o chamado juízo de valor verifica na obra de arte não é, decerto, a conformidade a uma determinada cultura, nem a sua superação, mas uma estrutura cultural específica, justamente aquela graças a qual os valores podem ser captados, não na dimensão sem tempo do pensamento abstrato, mas na do presente absoluto, da percepção (Argan, 1998: 28).

No exposto, infere-se que a “estrutura cultural específica” corresponde às propriedades únicas da obra de arte, através das quais a mesma é valorada, no sentido de ser conferida importância, no momento de sua percepção, que é o do presente histórico, pelo sujeito. Autores como Riegl (1999) e Hessen (1980) indicam que o juízo de valor é a expressão de uma valoração, que consiste em conferir um valor a algo ou a alguém, por um sujeito ou grupos de sujeitos. O juízo que envolve a relação com a obra de arte, segundo Argan (1998), não compete para a sua “qualidade” artística, ou seja, não consiste em um “juízo de qualidade”, mas é voltado ao sistema de relações ao qual ela pertence, onde suas propriedades significantes interagem com os sujeitos, sob um referencial

histórico-cultural.

Segundo Gadamer (1999: 192), o reconhecimento ultrapassa o sentido do conhecimento que se faz de algo:

A alegria do reconhecimento reside, antes, no fato de identificarmos mais do que somente o que é conhecido. No reconhecimento, o que conhecemos desvincula-se de toda casualidade e variabilidade das circunstâncias que o condicionam, surgindo de imediato como que através de uma iluminação, e é apreendido na sua essência.

E complementa: “O conhecido alcança o seu ser verdadeiro e mostra-se como o que ele é, apenas através do reconhecimento. Enquanto reconhecido, é aquilo que se mantém firme na sua essência, liberto da casualidade de seus aspectos” (Gadamer, 1999: 192). Em suas palavras, o reconhecimento se situa como uma dimensão mais aprofundada do que o conhecimento do objeto em si, algo até superficial. Autores como Kuhl (2007) e Varagnoli (2007) entendem que o reconhecimento não é algo imediato, mas de complexa valência.

Philippot (2015) denominou o reconhecimento como a pré-compreensão hermenêutica do restauro, igualmente lhe situando no preâmbulo da salvaguarda. Entre seus entendimentos:

Ao estar presente na experiência atual que a reconhece como tal, a obra não pode, portanto, ser apenas o objeto do conhecimento científico histórico, mas constitui parte integrante do nosso presente vivido, dentro de uma tradição artística que nos une a ela e nos permite senti-la como uma interpelação do passado em nosso presente: uma voz atual em que esse passado ressoa.

Parece que a filologia fruto do conhecimento científico que se resguarda da obra não é suficiente ao reconhecimento, visto que o autor convoca à vivência do bem no presente histórico. Trata-se da compreensão da obra no presente, mas *como* passado — algo também apreciado em Argan (1998): “a percepção assinala sempre e apenas o tempo do presente absoluto”.

A se desvelar no presente histórico, sempre que convocado, o reconhecimento deve considerar a obra de arte em sua trajetória, desde a concepção (Philippot, 2015), consistindo em uma abordagem da obra *como* processo e não, um produto acabado (Kuhl, 2007).

Ao assumir a dinamicidade natural do bem cultural no tempo, o reconhecimento deve ocorrer continuamente, sempre que haja necessidade de ações de salvaguarda — a temporalidade da obra acumula as marcas da história, o que torna o reconhecimento passível de alterações, no tempo, no espaço e nos contextos socioculturais. As ações do tempo e as vivências sociais conferem estratificações aos bens e, a cada reconhecimento, pode vir a ser interpretada uma nova historicidade e um novo juízo de artisticidade. Esse inesgotável ciclo, pode conferir variadas posturas projetuais do restauro, segundo identificou Vieira-de-Araújo e Lira (2020), ao retomarem a teoria brandiana: “o juízo de artisticidade varia com a passagem do tempo temporal (cronológico), podendo, em cada momento,

essa intervenção ser realizada de uma forma diferente”. Isso posto, significa afirmar que, ao situar o reconhecimento no preâmbulo das ações de restauro, a sua afirmação em cada presente histórico pode demandar distintas conduções das ações de salvaguarda, propiciando a que incursões críticas sejam efetuadas, a cada enfrentamento diante do objeto cultural.

## 4 | OS DESAFIOS PARA A SALVAGUARDA CULTURAL

Discorrer sobre a abordagem do reconhecimento torna-se relevante no âmbito das ações de salvaguarda, dado que, por vezes, a profundidade de suas questões tem sido limitada a pesquisas documentais, de levantamento e de estado de conservação. Embora tais buscas sejam fundamentais, inclusive enquanto etapas metodológicas imprescindíveis à fundamentação de projetos de restauro, seus substratos devem ser compreendidos no seu contexto relacional e, sobretudo, na interação com os sujeitos.

Ao se constituir como produto da interação entre os sujeitos e os objetos culturais, a ação de reconhecimento contribui na legibilidade do bem cultural, em suas dimensões histórica e estética, desde que mantenha uma aproximação teórico-conceitual ao entendimento do bem como objeto cultural. A experiência com o sujeito, que constitui o ser dotado de consciência e que com o bem se relaciona e confere trocas de significações, permanece como fundamental na própria constituição do reconhecimento. Esse parece ser o ponto mais desafiador do processo, que merece uma abordagem mais detida, cuja operacionalidade deve ser enfrentada, na difícil condição dos múltiplos olhares que com o bem se relacionam, de perto ou de longe.

Pela via do restauro crítico, em que se pressupõe a inexistência de regras pré-determinadas na condução das ações projetuais, o reconhecimento se posiciona em uma dupla missão: tanto na precisão da compreensão do bem para a deflagração das ações de restauro, como na fundamentação das posturas arquitetônicas do tratamento com a preexistência. É por meio do desvelar da obra de arte que o restauro deve ser conduzido, assim como propalado por Brandi (2004) — o que nos leva a entender a devida relevância que o reconhecimento assume nesse contexto. A partir da abordagem crítica do restauro, um dos contornos para o reconhecimento vem a ser:

a própria obra, indagada atentamente com sensibilidade histórico-crítica e com competência técnica, a sugerir ao restaurador a via mais correta a ser empreendida. Resulta uma estreita ligação da restauração com a história artística e arquitetônica, com a finalidade de obter respostas satisfatórias aos problemas que o restauro, desde as suas origens, coloca: reintegração de lacunas, remoção de adições, reversibilidade e distinguibilidade das intervenções, controle histórico-crítico das técnicas e assim por diante (Carbonara, 1997: 285-286 *apud* Kuhl, 2007: 199).

Nesse sentido, e amparado às palavras de Philippot (2015) acerca da compreensão

hermenêutica do restauro, o reconhecimento parece reforçado pela relevância que exerce no questionamento crítico, formulado no tempo presente, para as soluções projetuais mais acertadas. Ao compreender e interpretar as dimensões histórica e estética dos bens, fornece ainda as bases para ações de valoração, dada a interdependência que resguarda com os sujeitos e a própria natureza do restauro, que apenas se manifesta sobre algo em que é atribuído valor. Segundo Carbonara (2012: 04-05):

O raciocínio da restauração é ter reconhecido previamente o valor artístico ou evidencial, estético ou histórico especial de um monumento; ou, de outro modo, a abordagem como um "objeto da ciência" ou, em outras palavras, como um "objeto de cultura", a evidência material assume um "valor de civilização", como a herança cultural realmente se estabelece.

De acordo com o mesmo autor, o reconhecimento dos valores contribui na condução consciente da ação de restauro, em suas múltiplas soluções projetuais, no que se refere "a problemas no preenchimento de lacunas, remoção de acréscimos, preservação das 'pátinas'" (Carbonara, 2012: 06), cuja acomodação dos valores deve se refletir na definição projetual do restauro sobre a preexistência. Isso posto, significa entender a imbricação que se estabelece no ciclo entre o reconhecimento, a valoração e o restauro, para a manutenção valorativa dos bens, no presente e para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGUIAR, José. Reabilitação ou fraude? **Revista Patrimônio**, nº 02. Portugal: Imprensa Nacional, DGPC, 2014.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. Coleção Artes & Ofícios.

BRENDLE, Betânia. Restauro sem teoria e a falácia da intervenção oficial na preexistência patrimonial no Brasil: o malogro do IPHAN em Cachoeira-BA e Laranjeiras-SE. IN: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA 5. **Anais do evento**. Salvador, Bahia, 2017. (a)

\_\_\_\_\_. Uma teoria, alguns princípios e muita arquitetura: a atualidade do pensamento brandiano em intervenções arquitetônicas na Alemanha, Dinamarca e Itália. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 277-307, nov./dez. 2017. (b)

CAPLE, Chris. **Conservation Skills: judgement, method and decision making**. London: Routledge, 2000.

\_\_\_\_\_. **Objects: reluctant witnesses to the past**. Londres e Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2006.

CARBONARA, Giovanni. An Italian contribution architectural restoration. **Frontiers of Architectural Research**. Vol. 1/ Issue 1, March (2012) p. 2–9.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Portugal: Edições 70, 1999.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração**: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN. Tese de Doutorado, FAUUSP: 2010.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 3ª ed.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 15ª ed. 2005.

HESSEN, Johannes. **Filosofia dos Valores**. Coimbra: Armênio Amado, 1980. 5ª edição.

KUHL, Beatriz. Questões contemporâneas de restauro: a viabilidade da restauração. In: SALCEDO, Rosio, BENINCASA, Vladimir (Org.). **Questões Contemporâneas**: patrimônio arquitetônico e urbano. São Paulo: Canal 6 Editora, 2017. 1ª ed.

\_\_\_\_\_. Césari Brandi e a Teoria da restauração. **Pós**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, (21), 197-211. São Paulo, 2007.

NAHAS, Patrícia Viceconti. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)**. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP. –São Paulo, 2015. 2 v.: il.

PEARCE, Susan (org.) **Interpreting Objects and Collections**. Londres: Routledge, 1994.

PHILIPPOT, Paul. La obra de arte, el tiempo y la restauración. Trad. de Valerie Magar Meurs. Revista **Conversaciones**. Córdoba: Instituto Nacional de Antropología e História, 2015.

RIEGL, Alois. **El Culto Moderno a los monumentos**. Madrid: La balsa de la Medusa 7, 1999.

SÒLA-MORALES. Ignasi de. Patrimonio arquitectónico o parque temático. **Loggia**, nº 05, Valencia, 1998.

VARAGNOLI, Claudio. Antichi edifici, nuovi progetti. Realizzazioni e posizioni teoriche dagli anni Novanta ad oggi. A. Ferlenga, E. Vassallo, F. Schellino (a cura di), **Antico e Nuovo. Architetture e architettura, atti del convegno internazionale** (Venezia 31 marzo - 3 aprile 2004). Padova: Il Poligrafo, 2007, p. 835 a 854.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália, LIRA, Flaviana. Há algo a temer na “Teoria da Restauração” de Brandi? O mito paralisante do medo. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo – Paranoá**. Brasília: UNB, 2020.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**JEANINE MAFRA MIGLIORINI** - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade arquitetônica 301, 315, 317

Agache 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197

Arquitetura emergencial 267, 272, 273, 274, 275

Arquitetura moderna 57, 116, 118, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 161, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 182, 183, 186, 197, 242, 244, 299

Arquitetura vernacular 68

### C

Conservação urbana 82, 99, 150

Consumo e apropriação espacial 225

### D

Desterritorialização 263, 267, 268, 269, 272

Diáspora africana 82, 83, 84, 86, 96

Dimensão ribeirinha 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 298

Dinâmica da cidade 225

### E

Economia criativa 225, 226, 230, 233, 236, 237

Educação patrimonial 91, 92, 96, 97, 214, 216, 217, 220, 221, 223, 224

Espaço urbano 45, 52, 53, 55, 56, 62, 63, 67, 159, 220, 222, 225, 236, 302

Estação ferroviária 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236, 237

### H

Habitação social 278, 284, 286

### I

Investigação projetual 128

IPHAN 2, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 114, 141, 173, 176, 189, 194, 195, 197, 224, 299

### M

Mercado municipal 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 112

Modernismo 99, 100, 105, 139, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195

Monumento nacional 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42

## **N**

Normatização 23, 301, 307, 310

## **P**

Paisagem cultural 54, 69, 99, 108, 150, 151

Paisagem sertaneja 68, 78, 80

Patrimônio cultural 14, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 42, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 105, 113, 118, 126, 137, 176, 184, 214, 216, 218, 221, 237

Patrimônio digital 13, 26

Patrimônio histórico 33, 34, 35, 39, 43, 44, 51, 52, 54, 55, 67, 80, 81, 82, 90, 105, 113, 114, 139, 146, 173, 176, 233

Patrimônio moderno 116, 118, 122, 125, 126, 138, 171

Patrimônio rural 68, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 80, 81

Patrimônio urbano 82, 99, 102

Pertencimento 31, 90, 214, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 263, 267, 272, 274, 275

Planejamento urbano 23, 44, 55, 62, 197, 225, 230, 231, 233, 236, 237

Projeto de arquitetura 288, 289, 293, 294, 299, 300

## **R**

Reforma psiquiátrica 255, 256, 261, 262, 264, 265, 266

Representações sociais 44, 51, 52, 264, 275

Requalificação urbana 225, 236, 238

Residência universitária 146, 148, 149, 301, 302, 303, 307, 308, 309

Restauração crítica 1, 2, 4, 8, 10

Rotas culturais 99

## **T**

Técnicas de registro 13, 21, 26

Tombamento 5, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 79, 88, 92, 105, 114

Turismo cultural 37, 82, 83, 90, 96, 98, 99

Turismo étnico- afro 82, 83, 84, 96

## **U**

Urbanismo 12, 13, 14, 80, 85, 99, 108, 113, 114, 116, 126, 127, 128, 129, 137, 139, 140, 150, 151, 163, 171, 172, 174, 183, 184, 185, 187, 188, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 212, 213, 214, 216, 217, 238, 240, 247, 254, 256, 260, 265, 287, 288, 294, 298, 299, 318

Urbanismo colonial 199, 204

# Arquitetura e Urbanismo:

## PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Arquitetura e Urbanismo:

## PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)